



João Carlos C. dos Santos Monteiro
Julia Santos C. de Andrade

Porto Maravilha a contrapelo

disputas soterradas pelo grande projeto urbano

Resumo

O artigo busca discutir algumas das políticas sociais que estão sendo implementadas no interior do perímetro do Projeto Porto Maravilha. Lançado em 2009, este grande projeto urbano pretende transformar a antiga zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, criando um ambiente favorável ao capital imobiliário. Pretendemos desvelar algumas das questões que estão sendo frequentemente ofuscadas por uma propaganda poderosa que pretende construir uma ideia positiva sobre o projeto. Para tanto, dividimos o artigo em três partes: na primeira delas apresentaremos a conjuntura política e as mudanças na gestão urbana em torno do Projeto Porto Maravilha. Em seguida, discutiremos como a questão habitacional é tratada nos sucessivos projetos idealizados para este espaço. Por fim, analisamos os impasses atuais que os moradores de baixa renda enfrentam para conquistar o direito de permanecerem no local.

Palavras-chave: Urbanização neoliberal; Grandes projetos urbanos; Projeto Porto Maravilha; Rio de Janeiro.

Abstract

The article discusses some of the social policies that are being implemented within the perimeter of the Porto Maravilha Project. Launched in 2009, this Great Urban Project aims to transform the old port area of Rio de Janeiro city, creating a favorable environment for real estate capital. We intend to reveal some of the issues that are often overshadowed by a powerful marketing strategy that builds a positive idea about the project. To this end, we divided the article into three parts: the first one offers the political context and the changes in urban governance around the Porto Maravilha Project. Then, we discuss how the housing issue is addressed in successive projects conceived for this space. Finally, we analyze the current impasses that low-income residents face to win the right to remain in place.

Palavras-chave: Neoliberal urbanization; Great urban projects; Porto Maravilha Project; Rio de Janeiro.

João Carlos Carvalhaes dos Santos Monteiro

é doutorando em Études Urbaines pela Université du Québec à Montréal (UQAM). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

joaocarlosmonteiro@gmail.com

Julia Santos Cossermelli de Andrade

é doutora em co-tutela pela Universidade de São Paulo e a Universidade de Paris 1 Panthéon Sorbonne (2008). Pós-doutorado no Centro de Estudos da Metrópole CEM/CEBRAP.

juliadeandrade@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na noite do dia 20 de agosto de 2011, o Museu Histórico Nacional estava iluminado para receber as 15 meninas do segundo baile de debutantes do Morro da Providência, no Rio de Janeiro. As jovens tiveram seus vestidos, maquiagens e penteados financiados por empresas privadas e o jantar foi pago pelo Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio. A iniciativa veio do comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Providência. O capitão Glauco Schorcht foi o responsável pela ideia em 2010, quando um grupo de meninas pediu a liberação de bailes funk na comunidade. Ele não permitiu; porém, ofereceu em contrapartida uma “experiência de conto de fadas”. A festa aconteceu de maneira tímida naquele ano e em 2011 teve sua segunda edição com uma seleção rigorosa das debutantes – só foi permitida a participação de meninas que tivessem boas notas na escola e cujas famílias participassem de ONGs ou iniciativas que “pudessem dar o exemplo”, segundo declaração do próprio capitão. O que se pretendia, segundo declarações oficiais, era construir “um fator de aproximação entre a polícia e a comunidade”.

A festa foi regada a refrigerante, bancado por um fabricante, e teve visitas ilustres como a gerente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Ana Maria Rodrigues, e a atriz global negra Juliana Al-

ves. Excetuando a ironia do nome da banda que foi responsável pela trilha sonora – Coração Blindado – tudo que foi divulgado parecia de fato vindo de páginas cor-de-rosa dos livros infantis em uma cordial aproximação entre diferentes grupos de interesse. Entre os blogs e jornais que noticiaram o evento, uma reportagem destoou do conjunto. Débora Barbosa da Silva, uma das debutantes, estava mais preocupada com o futuro de sua casa e de sua família do que com a cor do seu vestido. É que, na mesma semana da festa, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) iria destruir o barraco em que morava com a mãe desde que nasceu. Das 1.250 habitações que compõem a comunidade, 586 serão removidas pela prefeitura. E a casa de Débora é uma delas (CARNEIRO, 2011).

O presente texto busca discutir as políticas sociais que estão sendo implementadas no interior do perímetro do Projeto Porto Maravilha (PPM). Questões que estão sendo frequentemente ofuscadas por uma propaganda poderosa que pretende construir uma ideia de que tudo “anda bem” e que estamos diante de uma oportunidade única de mudar o jogo e viver uma verdadeira história de “conto de fadas”.

Dividimos o artigo em três partes, além desta breve apresentação. Na primeira delas apresentaremos a conjuntura política e as mudanças na gestão urbana em torno do PPM. Em seguida discutiremos como a questão habitacional é tratada nos sucessivos projetos



Figura 1 -
Obras no
Pier Mauá

idealizados para este espaço. Por fim, analisamos os impasses atuais que os moradores de baixa renda enfrentam para conquistar o direito de permanecerem no local.

O PROJETO PORTO MARAVILHA E SUAS PARTICULARIDADES

Em junho de 2009 assistimos a uma cena rara no quadro da política nacional. As três esferas do governo assinaram juntas uma parceria em torno de um projeto de “revitalização” da antiga zona portuária do Rio de Janeiro. O então presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao lado do governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes sorriam diante das câmeras enquanto anunciavam a chamada Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.

O projeto é audacioso. Trata-se de uma intervenção que atinge uma área de mais de cinco milhões de metros quadrados, onde serão implementadas obras viárias, a reforma e ampliação da rede de saneamento, a requalificação de espaços públicos, entre outros. Há ainda a inclusão de dois grandes equipamentos de cultura – o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio – além da reforma dos antigos armazéns para fins culturais e comerciais. O projeto prevê a ampliação da capacidade de atracamento de transatlânticos turísticos e a demolição de um dos mais movimentados viadutos da cidade, a fim de melhorar a paisagem da região, abrindo a vista para a Baía de Guanabara.

São previstos trinta anos para a implementação completa do projeto que, quando finalizado, espera atrair para a região novos investimentos dos setores turístico e comercial e, sobretudo, imobiliários, além de 100 mil novos residentes (atualmente a área possui cerca de 30 mil moradores). Para viabilizar esse incremento, o poder público oferece, além dos tradicionais incentivos fiscais, uma mudança na legislação urbanística exclusiva à área do projeto. Pretende-se criar assim um ambiente favorável às realizações do capital imobiliário.

O projeto carioca copiou da capital paulista os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), instrumento de captação de recursos para financiar obras públicas. Estes certificados são títulos que investidores imobiliários interessados compram do poder público municipal para obter limites do direito de construir superiores aos estabelecidos, justamente nas áreas que vão receber ampliação e melhorias da infraestrutura. Os CEPACs são considerados pelo mercado acionista ativos de renda variável, uma vez que seu valor flutua como um título financeiro,

e não porque a valorização provém das rendas fundiárias. Assim, quanto mais valorizada a área, mais carros devem ser comercializados os títulos.¹ Com esses papéis, os investidores poderão construir acima do gabarito pré-estabelecido para a área, o que deve resultar no surgimento de edifícios de até 50 andares.

Em junho de 2011, todos os títulos foram leiloados e arrematados em um só lote pelo Fundo de Investimento Imobiliário do Porto Maravilha, órgão criado e administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Os recursos, provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), totalizaram uma operação financeira de R\$ 3,5 bilhões. Acredita-se que a revenda destes títulos financiará as obras previstas no projeto. No discurso da prefeitura, esta operação financeira é uma “grande e criativa” forma de financiar a revitalização da zona portuária, apoiada na maior parceria público-privada (PPP) do país. A emissão e o controle financeiro desses títulos estão a cargo de uma empresa de economia mista denominada Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP).

Essa companhia repassará os recursos para um consórcio constituído em 2010 por um conjunto de empresas. Assim, as principais obras estruturantes do PPM estão sob a responsabilidade da Concessionária Porto Novo, uma sociedade anônima formada pela união das empreiteiras OAS, Odebrecht e Carioca Engenharia, que também é responsável por serviços de manutenção e conservação (limpeza pública, coleta de lixo, iluminação, pavimentação, etc). Curiosamente, um ano antes, este mesmo pool de empresas havia apresentado à Prefeitura um “relatório urbanístico” que posteriormente foi reproduzido quase que integralmente no desenho estrutural da PPP firmada (GUSMÃO, 2011, p. 13).

O Porto Maravilha possui todas as características de um grande projeto urbano (GPU), cujo objetivo é atender às demandas do setor empresarial e imobiliário, compondo um rol de ações que viabilizarão uma completa transformação da área central carioca. O poder público se responsabiliza em bancar as obras de infraestrutura que trarão uma maior fluidez ao território: reformas nas vias rodoviárias, abertura de novas ruas, retirada da avenida Perimetral, construção de garagens subterrâneas e a instalação de um circuito de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que é, aliás, marca registrada em qualquer GPU internacional. Soma-se a isso o anúncio da construção de novos

¹ O artigo de Ferreira e Fix (2001) sobre a aplicação dos CEPACs em operações urbanas na capital paulista traz argumentos importantes que servem de parâmetro para analisarmos a utilização destes instrumentos no caso do PPM.

píeres de atracação para os transatlânticos turísticos e da instalação da gare do Trem de Alta Velocidade, que está sendo projetado para ligar São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, na antiga Estação da Leopoldina.

Desde seu lançamento, a operação urbana vem sofrendo inúmeras alterações através da incorporação, exclusão ou modificação dos projetos que a compõem, o que torna difícil uma avaliação precipitada de como será a zona portuária ao final das intervenções anunciadas. Como exemplos destas alterações, podemos citar a construção do Museu do Amanhã no Píer Mauá (originalmente previa-se uma grande praça no píer), a incorporação ao projeto de algumas instalações idealizadas para os Jogos Olímpicos de 2016 (as chamadas “vilas de mídia e dos árbitros” e o “centro de mídia não credenciada”, que estavam previstos para serem construídos na Barra da Tijuca) e a demolição integral do Viaduto da Perimetral (o projeto original contemplava a sua demolição parcial).

PANORAMA HISTÓRICO DA REGIÃO PORTUÁRIA

No perímetro onde hoje se instala o PPM encontram-se os tradicionais bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, que durante séculos tiveram sua evolução atrelada às atividades portuárias. Até o início do século XX, esta região da cidade foi densamente ocupada por estabelecimentos comerciais, industriais, armazéns, estaleiros e moinhos garantidores do funcionamento deste que foi um dos maiores entrepostos comerciais da América Latina. Além de conformar esta ampla rede de serviços, a zona portuária apresentava-se como um importante setor residencial da cidade, abrigando uma população de baixos rendimentos. Nas palavras de Abreu, tratava-se de

[...] uma área ainda disponível a uma população sem poder de mobilidade, trabalhadores livres e escravos de ganho que precisavam estar próximos ao centro, onde o trabalho era buscado diariamente (2006, p. 37-39).

Este perfil socioeconômico se refletia na grande quantidade de cortiços localizados nas freguesias da zona portuária: em 1868 cerca de 42% da população encortiçada do Rio de Janeiro encontrava-se estabelecida nesta região (ABREU, 2006, p. 43). Nas primeiras décadas da República estas habitações coletivas (“cortiços”, “estalagens”, “avenidas” e “casas de cômodos”) passaram a ser alvo de uma série de posturas municipais visando a sua erradicação (CARVALHO, 1995, p. 132-133). Legitimadas por um discurso que

recriminava seu aspecto “insalubre” e “promíscuo”,² as ações públicas que se seguiram buscaram a extinção desse tipo de habitação.

Dentre os episódios mais famosos desse período está a demolição do maior e mais conhecido cortiço da cidade, o Cabeça de Porco, localizado na Rua Barrão de São Félix, no 154, no bairro da Gamboa. Através de uma ação violenta, liderada pelo então prefeito Barata Ribeiro em 1893, o cortiço foi demolido e seus moradores não tiveram nem mesmo a chance de retirar seus pertences. Desalojados, muitos dos encortiçados improvisaram moradias na encosta localizada nos fundos do cortiço. Quatro anos mais tarde, em 1897, este terreno íngreme recebeu também os soldados egressos da campanha de Canudos que se juntaram aos moradores pobres daquelas pirambeiras, incrementando a população daquele espaço que é hoje considerado a primeira favela do Brasil, o Morro da Providência (VAZ, 1986, p. 29-35).

Este episódio é ilustrativo de um conjunto de ações da elite carioca que, desde meados do século XIX, apresenta uma preocupação em relação ao crescimento da população pobre - e sobretudo negra - na então capital federal. Isso porque, mesmo antes do apagar das luzes do sistema escravagista, muitos dos negros no Rio de Janeiro já viviam *per se*, trabalhando para seus senhores em funções urbanas, vendendo seus serviços e pagando suas alforrias. E, claro, tendo que buscar soluções habitacionais próprias.

É neste contexto que a pesquisa do historiador Sidney Chalhoub relata uma íntima relação entre as reformas sanitaristas e as medidas de controle social no meio urbano. Para o autor, o discurso “científico” que sustentou a ideologia das chamadas “classes perigosas” buscava, sobretudo, a construção de dispositivos de controle e expulsão das camadas populares das áreas centrais da cidade. O combate aos cortiços era assim uma forma de restringir a presença desta população neste território.

Os cortiços supostamente geravam e nutriam “o veneno” causador do vômito preto. Era preciso, dizia-se, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano (CHALHOUB, 1996, p. 8).

Em torno da ideologia das “classes perigosas” havia

² Esses argumentos escamoteavam interesses capitalistas, que viam na extinção dos cortiços uma forma de valorização dos espaços centrais da cidade (CARVALHO, 1995, p. 138).

uma construção discursiva que igualava a pobreza às doenças e à bandidagem. Isso se aplicava de maneira incisiva à população negra que passou a residir de forma muito densa na região portuária da cidade. Num cenário de aumento do fluxo de imigrantes portugueses e crescimento de alforrias obtidas por escravos, os cortiços se proliferaram, constata o historiador, um incremento que se deu principalmente na zona portuária. Esse processo gerou uma preocupação das autoridades de polícia que buscavam dispositivos para restringir essa presença na área central carioca, como ilustra um ofício do chefe de polícia datado de 1860, citado por Chalhoub (1996, p. 26-27).

Existe nesta cidade um grande numero de casas alugadas diretamente a escravos, ou a pessoas livres, que parcialmente as sublocam a escravos. Os males resultantes de uma tal prática são notórios, ninguém ignorando essas casas, além de serem o valhacouto de escravos fugidos e malfeitores, e mesmo ratoneiros livres, tornam-se verdadeiras espeluncas, onde predominam o vício, e a imoralidade baixo (sic) de mil formas diferentes. Urgente seria, pois, reprimir severamente semelhante abuso, proibindo-se alugar ou sublocar qualquer casa ou parte dela a escravos, ainda mesmo que munidos de autorização dos senhores para esse fim.

De fato, nos anos seguintes, o poder público passa a impor uma série de regulamentações visando restringir a permanência de pobres e negros nessa área da cidade. O auge destas ações viria gerar, a partir da primeira metade do século XX, a brutal segregação socioespacial, já amplamente estudada, impulsionada pela reforma urbana do prefeito Pereira Passos. Os cem anos que separam a Reforma Passos das recentes tentativas de revitalização da zona portuária carioca foram marcados por intensas transformações do tecido urbano na região. As atividades portuárias foram deslocadas, a população local diminuiu e os bairros portuários se transformaram em “ilhas” desconectadas do restante da cidade, um processo gerado pelo ideário rodoviário que transformou esse espaço num mero corredor viário conectando os diversos pontos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse cenário, observa-se um desinvestimento do poder público nos bairros portuários, acompanhado por um desinteresse do capital imobiliário e das classes média e alta pela região. Esta consolida-se cada vez mais como um espaço de moradia de populações de baixa renda, que se aproveitam do esvaziamento econômico e dos relativos baixos valores fundiários para provirem suas necessidades habitacionais.



Figura 2 - Comemorações do Dia do Samba no Largo da Prainha.



Figura 3 - Imóvel demolido pela SMH na Rua do Livramento.

A partir da década de 1980, a chamada “revitalização” da área central do Rio de Janeiro ganha fôlego, acompanhando a tendência internacional do fenômeno de “volta ao centro”, o que levou à criação de alguns programas que visavam reverter o processo de “degradação” desse espaço. As ações contemplavam o incentivo à proteção e recuperação de imóveis tombados e melhorias da infraestrutura e do mobiliário urbano. Observa-se nesse período a expansão de centros culturais, museus, livrarias e cafés, de forma a atender uma demanda concentrada nas classes média e alta que circulam e trabalham nesse espaço. Nesse primeiro momento, essas ações concentraram-se no *Central Business District* carioca e não foram expandidas para os demais setores da área central como os bairros do Catumbi, Estácio e os bairros portuários, cujas dinâmicas sociais e econômicas não satisfaziam aos interesses do capital privado e, conseqüentemente, estavam fora do alvo das intervenções públicas.

IMPASSES E VOZES SILENCIADAS

A jovem Débora, debutante do Morro da Providência, é apenas uma das muitas personagens afetadas pelo projeto, cuja permanência na região em que nas-

ceram e cresceram é ainda incerta. Diante de um projeto que defende interesses tão poderosos, na maioria das vezes as populações mais pobres são atropeladas pelo “rolo compressor” das obras de “modernização e melhorias”. Nesta terceira parte discutiremos alguns focos de conflitos em torno da questão da habitação popular no interior do perímetro do projeto.

Comunidade Quilombola Pedra do Sal

A presença da comunidade negra na região é relatada em praticamente toda a bibliografia que trata da história da zona portuária. Reunido em torno das casas das tias baianas e dos terreiros de candomblé, esse grupo deu início às manifestações do samba, consagrando a região portuária como um dos berços do carnaval carioca.

O valor histórico e cultural desse espaço passou a ser oficialmente reconhecido em 1987, quando a Pedra do Sal foi tombada como “testemunho cultural mais secular da africanidade brasileira” pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Em 2006, esse valor foi reafirmado graças ao reconhecimento da Comunidade da Pedra do Sal como “remanescente de quilombo” pela Fundação Cultural Palmares. Paralelo a esse processo de reafirmação,

uma intensa disputa territorial passou a ser travada com a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), uma entidade religiosa que se declara proprietária dos imóveis localizados no perímetro do quilombo. Em 1992, quando o candidato a prefeito César Maia anunciou um novo projeto de revitalização para a região portuária, esse conflito foi agravado e os moradores que se autoreconhecem remanescentes do quilombo passaram a sofrer uma série de medidas que limitavam sua permanência nos imóveis, tais como o reajuste de aluguéis e processos de despejo. Os consecutivos projetos de revitalização da zona portuária carioca, que se arrastam há uma década, intensificam essa disputa.

A resolução legal desse conflito é dificultada pela discutível legitimidade dos documentos apresentados pela VOT no processo judiciário em tramitação. A entidade religiosa afirma ter recebido parte das terras como herança de um padre no início do século XVIII e, em 1821, um alvará redigido pelo príncipe regente Dom Pedro I concedia-lhe outros terrenos. Por não estar de acordo com a legislação atual, que prevê a existência de um documento individualizado para cada imóvel, o impasse se mantém (COSTA, 2010, p. 4).

A disputa está longe de ser resolvida e a permanência dos moradores remanescentes do quilombo é fragilizada pelas contínuas decisões judiciais a favor da VOT. Segundo Catharina (2006), este quadro é fruto de um sistema jurídico fortemente marcado pelo direito à propriedade individualizada, o que contribui para o não reconhecimento da condição de remanescente de quilombo e do direito coletivo à terra.

Como forma de resistência pela ameaça de expulsão, há hoje um esforço em transformar o local em um espaço físico e simbólico de celebração e encontro de afrodescendentes da região (ABREU; MATTOS, 2011, p. 13). Assim, todo dia 2 de dezembro, quando são comemorados o Dia Internacional da Abolição da Escravatura e o Dia Nacional do Samba, o grupo de moradores da Pedra do Sal celebra, no Largo João da Baiana, essa história e memória através de um rito simbólico de purificação - a lavagem da pedra que dá nome à comunidade - e uma calorosa roda de samba é organizada.

Morro da Conceição

No final dos anos 1990, os programas de intervenção urbana que atingiam, já há uma década, determinadas áreas da área central alcançaram a zona portuária, a partir de um programa de melhoramentos no Morro da Conceição. Este espaço, ocupado por uma população de classe média, residente em imóveis bem conservados e de relevância patrimonial, era considerado pela Prefeitura como uma “reliquia” do Rio antigo em meio à “degradação” física e social dos bairros portuários. Através de uma parceria com o governo francês, foi criado o “Pró-Rio Morro da Conceição”, um projeto piloto a ser expandido para outras áreas da cidade, que realizou obras em edifícios históricos, tratamento paisagístico e instalação de novo mobiliário urbano, entre outras ações (PREFEITURA, 2000). Acreditou-se que as intervenções estancariam um processo de “degradação” que avançava sobre as bordas do morro, e, principalmente, incentivaria a

Figura 4 - Um dos imóveis alvo de disputa entre a Comunidade Pedra do Sal e a VOT.





Figura 5 - Novos imóveis do PNA construídos na Rua do Livramento.

exploração turística da área, que receberia as levas de passageiros trazidas todos os anos pelos transatlânticos que atacam no Píer Mauá.

As ações não foram suficientes para que o potencial turístico imaginado pelos técnicos da Prefeitura e pelos consultores franceses se efetivasse e o Morro da Conceição não se transformou no “Pelourinho carioca”. Contribuíram para o insucesso do projeto a degradação física e o estigma de insegurança do entorno imediato, que obrigatoriamente deveria ser atravessado pelos potenciais turistas para chegar ao morro. Mas o fracasso do projeto deve ser atribuído principalmente à falta de interesse dos moradores e dos comerciantes locais em participar das ações, o que denota a inconsistência de iniciativas do poder público impostas sobre populações que não são chamadas a participar na elaboração de projetos de revitalização e cujas reais necessidades acabam não sendo contempladas.

Sob a égide do PPM, o Morro da Conceição é novamente acionado como espaço de “vocaçã” turística. Prevê-se que os casarões revitalizados darão lugar a novos bares, restaurantes e ateliês, recriando na área uma versão miniaturizada do bairro boêmio de Santa Teresa. Se antes os entraves relacionados à “degradação” e ao clima de insegurança impediram que o “Pró-Rio Morro da Conceição” deslanchasse, no novo contexto as obras do projeto de revitalização a pleno vapor nos bairros portuários e a consolidação do processo de “pacificação” das favelas do entorno garantem o sucesso da nova tentativa do poder público municipal. Becos e vielas do morro estão

ganhando nova rede de drenagem, calçadas passam por recuperação e ajardinamento, o cabeamento da iluminação pública será reinstalado em galerias subterrâneas e os monumentos históricos passarão por reformas.

A valorização imobiliária já é uma realidade sentida pelos moradores que relatam o aumento nos preços de venda dos imóveis e nos aluguéis. Devagar, podemos observar que o Morro da Conceição está passando por um fenômeno semelhante àquele descrito por Smith (1996) ao estudar o processo de gentrificação nos bairros populares de Nova Iorque. A inexistência de uma política habitacional que ga-

ranta a permanência dos moradores na região poderá fazer com que o mercado facilmente siga seu curso em busca de lucros através da valorização fundiária. Um bairro “charmoso”, “histórico”, repleto de artistas, galerias de arte e bares da moda é a “pérola” que a zona portuária precisa para se estabelecer como novo bairro valorizado do Rio.

Programa Novas Alternativas

O Programa Novas Alternativas surgiu em meados da década 1990, integrado às ações da recém criada SMH. Visava à produção de unidades residenciais na área central mediante a reforma de imóveis tombados ou através da construção de novos edifícios em terrenos vazios. A criação de moradias na área central para famílias de baixa renda apresentava-se como um projeto consensual em um momento em que se criticava em todo mundo a expansão ilimitada das cidades, a periferização das populações de baixa renda e o esvaziamento populacional das áreas centrais. Entre os anos de 1998 e 2005, o programa criou 119 unidades habitacionais, sendo 54 delas nos bairros portuários.³ Mesmo tendo perdido fôlego, sem realizar novos lançamentos desde então, o programa atravessou intacto as duas administrações que sucederam

³ Alguns projetos do Programa Novas Alternativas foram pensados de forma a complementar as ações revitalizadoras do “Pró-Rio Morro da Conceição”. Entretanto, apenas um imóvel na área passou por intervenções do programa, localizado na Ladeira João Homem, no 35, criando cinco unidades habitacionais.

a gestão do prefeito César Maia. A partir de 2009, o PNA ressurgiu como o braço habitacional do PPM, prevendo intervenções em cerca de 500 imóveis da zona portuária, financiados principalmente com recursos do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Em sua nova fase, o PNA concentra suas atividades na Rua do Livramento, uma via tradicional que conecta os bairros da Gamboa e Santo Cristo. Os casarões históricos, a maioria abandonados há décadas por seus proprietários, e as péssimas condições de calçamento e esgotamento, fruto do desinteresse do poder público municipal em investir na região, contrastam com os belos prospectos que anunciam o PPM.

Um olhar menos atencioso pode creditar um avanço progressista a um programa de habitação social que pretende criar novas moradias populares em um centro urbano, às vésperas da concretização de um projeto bilionário que pretende transformar a região portuária carioca numa nova área de expansão do mercado imobiliário. Mas a análise aproximada revela o conteúdo classista e segregador por trás das ações do poder público municipal na Rua do Livramento. Desde 2010, assiste-se a uma série de ações de despejo e remoções perpetradas pelo poder público municipal mediante a desapropriação desses imóveis encortiçados ou ocupados por famílias de baixa renda, abrindo caminho para a construção de novas unidades residenciais viabilizadas pelo PNA através do financiamento do MCMV.

Casos de violência e desrespeito ao direito à moradia, indenizações irrisórias e promessas de realocação para conjuntos residenciais nas franjas da cidade vêm sendo relatados pelos moradores. Este cenário confirma as conclusões de Monteiro (2011) sobre os princípios norteadores do PNA: o programa não tem em sua essência a oferta de moradia no centro carioca; trata-se de um programa de revitalização desta área central. Assim, a construção de moradia não é um fim, e sim um meio para alcançar a revitalização. Os imóveis reabilitados funcionariam como agentes capazes de provocar efeitos multiplicadores de revitalização, atraindo novos moradores e investimentos do setor terciário.

Programa Morar Carioca

O Programa Morar Carioca (PCM) foi lançado em julho de 2010 com a ambiciosa intenção de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro até o ano de 2020. Através de uma parceria com o núcleo estadual do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), um concurso selecionou quarenta escritórios que desen-

volverão projetos para as comunidades incorporadas ao programa. A parceria entre as esferas públicas municipal, estadual e federal prevê investimentos de R\$ 8 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões até 2012, gastos em obras de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, ampliação da acessibilidade, eliminação de áreas de risco, desadensamento populacional e construção de novas unidades residenciais. Estas intervenções integrariam, no discurso oficial, o “legado urbano e social” deixado pelos megaeventos esportivos a serem realizados na cidade nos próximos anos.

No Morro da Providência, as obras começaram no início de 2011 e preveem ainda a construção de um teleférico com três estações, ligando a comunidade à parte baixa do bairro da Gamboa e à estação de trens Central do Brasil. No seu lançamento, o projeto foi imediatamente veiculado às obras de revitalização da zona portuária carioca, ficando a Concessionária Porto Novo responsável pela manutenção de vias, iluminação pública e coleta de lixo no morro, transformando a comunidade na “[...] primeira favela carioca a ter sua conservação [...] bancada pela iniciativa privada” (BRITTO, 2001).

As tentativas de reurbanização da prefeitura no Morro da Providência remontam ao ano de 2005, quando a favela recebeu uma série de intervenções do

Figura 6 - Alto do Morro da Providência, imóvel demolido pela SMH.



projeto Favela-Bairro, desenvolvido na gestão César Maia. Neste período, o projeto contemplava, além das tradicionais obras de infraestrutura, a construção de três mirantes, além da reforma e valorização de marcos históricos localizados no morro, tais como a Capela do Cruzeiro, a Igreja da Nossa Senhora da Penha, uma escadaria construída por escravos na segunda metade do século XIX e um antigo reservatório de água. Estes eram alguns dos elementos que compunham o chamado “Museu a Céu Aberto da Providência”, uma iniciativa que pretendia atrair para a comunidade os turistas e visitantes da cidade formal interessados em conhecer a história da primeira favela do Brasil.

Assim como no Morro da Conceição, e pelos mesmos motivos já analisados, o projeto turístico implantado no Morro da Providência nunca deslançou. No entanto, a instalação de uma UPP, em abril de 2010, e o início das obras do PPM marcam uma nova etapa da história da comunidade que, mais uma vez, tem o seu suposto “potencial turístico” acionado pelo poder público municipal. Potencial que conta agora com a vitrine da “pacificação”, transformando a favela e o seu entorno num ambiente controlado e seguro para receber os turistas e os investimentos imobiliários prometidos com a revitalização da zona portuária.

Se as intervenções do Programa Favela-Bairro geraram pouco impacto na vida da comunidade, a nova proposta do PMC pretende transformar radicalmente a favela e a vida de seus moradores. Quase metade das casas serão removidas por, supostamente, localizarem-se em “áreas de risco”, ou por encontrarem-se no caminho do teleférico a ser instalado. Alguns imóveis já foram demolidos e muitos estão marcados por números em *sprays*, indicando uma futura intervenção da SMH. As entrevistas com os moradores relatam apreensão e a incerteza quanto ao futuro das suas residências é intensificado com a falta de transparência da prefeitura na divulgação das informações sobre os rumos do programa.

É PRECISO ESTAR FORTE E ATENTO

Mais do que conclusões, o que pretendemos apresentar aqui são questões que merecem a vigilância dos estudiosos, ativistas e lideranças preocupados com o ideário progressista e o cumprimento dos fundamentos básicos que norteiam a luta pelo direito à cidade. As experiências internacionais de implementação de GPUs já vêm sendo analisadas há alguns anos e as críticas não deixam dúvidas quanto às consequências

socialmente perversas desse modelo de produção e gestão do espaço urbano. O estudo de Leher e Laidley (2008) sobre a transformação da frente marítima de Toronto aponta a inibição de práticas de oposição e de contestação ao projeto; a análise de Fainstein (2008) sobre os GPUs implementados em Nova Iorque, Londres e Amsterdã chama atenção para o desencorajamento da urbanidade e da pluralidade, além do descomprometimento com as políticas de justiça social; e Flyvbjerg (2005) alerta para a essência maquiavélica destes projetos que, premeditadamente, subestimam seus custos finais e sobrestimam os benefícios públicos a serem alcançados com a sua realização.

De maneira geral, o PPM é mais uma das peças que compõem um grande quebra-cabeça, cuja imagem final começa a ser revelada pelos estudos urbanos: a consolidação do modelo neoliberal de produção do espaço. O avanço deste urbanismo neoliberal na cidade do Rio de Janeiro vem sendo identificado na literatura há mais de uma década através dos trabalhos de Vainer (2000), sobre a implementação do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, e de Compans (2005), sobre o empreendedorismo urbano deslançado a partir da gestão César Maia. Essas referências nos ajudam a compreender que as mudanças em curso – que neste momento ganham uma visibilidade gigantesca diante dos holofotes internacionais dos grandes eventos – não são recentes. Trata-se de um movimento anterior que já completa no mínimo duas décadas. Os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de futebol e os demais megaeventos que o Rio de Janeiro sediará nos próximos anos apenas trazem um verniz de legitimidade e de urgência indiscutível às reformas que há muito já se buscava. O que se está chamando de “oportunidade” é no final das contas um alibi que justifica o que Vainer (2011) chama de “cidade de exceção”.

Num contexto onde a cidade vem sendo pensada cada vez mais como empresa, cada oportunidade de negócio é formulada caso a caso (as operações urbanas são um grande exemplo desta lógica), demandando uma série de dispositivos tais como a flexibilização das normas urbanísticas e a isenção de impostos. Os megaeventos e os GPUs legitimam e agudizam a cidade de exceção e, particularmente no caso aqui analisado, criam um manto de invisibilidade quanto às violações do direito à moradia e ao uso do espaço urbano consolidado.

O PPM conjuga forças políticas e econômicas sem precedentes na história urbana do nosso país. São mais de cinco milhões de metros quadrados entregues a um consórcio empresarial que terá poderes de governar sobre essa parte importante da cidade

utilizando-se de grande quantidade de recursos públicos, tanto financeiros quanto fundiários. Talvez a voz tímida de Débora nada possa mudar desta enorme orquestração de poderes. Mas ela não está só. Junto a ela, inúmeras famílias estão perdendo seus barracos no Morro da Providência, outras estão sendo expulsas dos cortiços da Rua do Livramento ou sendo despejadas pelas ações movidas pela VOT junto à Comunidade Pedra do Sal.

O que pretendemos aqui foi ler a história a contrapelo, como nos instiga Benjamin (1994), a ponto de indicar que as mudanças que estamos acompanhando não são mudanças que “trarão finalmente vida e dinamismo à região portuária”, e sim ações que, se não acompanhadas e combatidas de maneira consciente e eficaz, poderão causar mais um capítulo de segregação socioespacial da mais histórica região popular do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.
- ABREU, Maurício. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ANDRADE, Julia. Urbanização Corporativa e a revalorização de áreas centrais: Uma Luz na geografia das desigualdades. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo/ Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, 2007.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRITTO, Thaís. Paes lança projeto de remoções no Morro da Providência. O Globo, Rio de Janeiro, 16 jan. 2011.
- CARNEIRO, Júlia. Debutante se preocupa mais com casa que será derrubada do que com o baile. BBC Brasil, Rio de Janeiro, 19 ago. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110818_debutante_rio_jc.shtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.
- CATHARINA, Alexandre. Direito Coletivo das comunidades remanescentes de quilombos: rupturas e continuidades do sistema jurídico brasileiro. Anais do II Encontro Anual do Instituto Brasileiro de História do Direito, Niterói, 2006.
- CARVALHO, Lia. Contribuição ao estudo das habitações populares. Rio de Janeiro: 1886-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/ Divisão de Editoração, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COMPANS, Rose. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- COSTA, Flávia. Direito à diversidade e disputa urbana pela terra: o Morro da Conceição e a revitalização portuária. XXVII Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, 2010.
- FAINSTEIN, Susan. Mega-projects in New York, London and Amsterdam. International Journal of Urban and Regional Research, v. 32, n. 4, 2008.
- FLYVBJERG, Bent. Machiavellian megaprojects. Antipode, v. 37, n. 1, 2005.
- FERREIRA, João; FIX, Mariana. A urbanização e o falso milagre do CEPAC. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 abr. 2001.
- GUSMÃO, Nelma. Fora-da-lei: rupturas e alinhamentos institucionais na busca do “sonho olímpico carioca”. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2011.
- LEHRER, Ute; LAIDLEY, Jennifer. Old mega-projects newly packaged? Waterfront redevelopment in Toronto. International Journal of Urban and Regional Research, v. 32, n. 4, 2008.
- MONTEIRO, João Carlos. Habitação social na área central do Rio de Janeiro: reflexões críticas a partir do Programa Novas Alternativas. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Morro da Conceição: da memória o futuro. Rio de Janeiro: Sextante/Prefeitura, 2000.
- SMITH, Neil. The new urban frontier: gentrification and the revanchist city. London/New York: Routledge, 1996.
- VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VAZ, Lillian. Notas sobre o Cabeça de Porco. Revista Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1986. ■